

**ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA TELPE CELULAR S.A.**

Pelo presente instrumento particular,



**TELPE CELULAR S.A.**, sociedade anônima brasileira com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. Conde da Boa Vista, 800, 2º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 07.158.995/0001-00, neste ato representada na forma de seu estatuto social (denominado simplesmente denominada "Emisora"),

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade sem fins lucrativos e não intervenção, representando o conselho de debenturistas adquirentes das debênturas objeto da presente emissão (denominado simplesmente "Debentistas" e coletivamente por "Debenturistas"), instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Rua do Tejo, 47, 2º andar, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 02.096.873/0001-00, neste ato representada na forma de seu contrato social (denominado simplesmente denominada "Agente Fidejussório"), e

**TELPE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima brasileira, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. Conde da Boa Vista, 800, 2º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.158.154/0001-18, neste ato representada na forma de seu estatuto social (denominado simplesmente denominada "Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Telpe Celular S.A. ("Emisora"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Emisora, realizada em 14 de agosto de 2000, nas Reuniões do Conselho de Administração ("CA") da Emisora realizadas em 13 de setembro de 2000 e 09 de novembro de 2000, e na Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, realizada em 4 de setembro de 2000, cujas atas serão registradas e publicadas na forma da lei.

Nas termos do §1º do Artigo 39 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 36, inciso VII de seu estatuto social, a AGE da Emisora delega, ainda, ao Conselho de Administração da Emisora poderes para deliberar e proceder a eventual abitação nas condições de emissão das Debênturas, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimento, amortização e resgate das Debênturas, época e condições de pagamento de juros, agio ou deságio e prêmio, se houver, e para propor, em nome da Emisora e sob supervisão geral de debenturistas, as abitações que julgar necessárias com relação a esta Emisora.



## CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão de Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 *Registro no Conselho de Valores Mobiliários ("CVM")*. A presente emissão será registrada no CVM, na forma da Lei nº 6.185, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2 *Registro da Escritura*. A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

## CLÁUSULA III - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 Os recursos obtidos com a emissão das Debêntures serão utilizados pela Emissora para financiar seus investimentos para ampliação e manutenção da rede de telefonia móvel e para liquidar compromissos de curto prazo oriundos no mercado nacional, também voltados para o seu programa de investimentos, de forma a alongar o seu perfil de endividamento. Segue abaixo, quadro de uso e fonte de recursos, expressos em R\$ milões:

Em milhões de Reais	2000	2001	2002	2003	TOTAL
<b>INVESTIMENTOS</b>	71,8	45,7	45,1	15,7	282,3
Rede e Tecnologia de Informação	71,8	45,7	45,1	15,7	282,3
Outros Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>AMORTIZAÇÕES</b>	221,7	97,8	143,1	221,2	683,8
<b>TOTAL</b>	293,5	143,5	288,2	236,9	1.960,1
<b>RECURSOS</b>	293,5	143,5	288,2	236,9	TOTAL
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	4,0	114,8	221,2	246,6	686,6
RECURSOS TRANSFERIDOS	289,5	44,0	0	20,4	353,9
REI - Banco Europeu de Investimentos	0,0	0	0	0	0,0
<b>ÍNDICES</b>	0	44,0	0	0	44,0
Debêntures	289,5	0	0	0	289,5
Outros (Rei SI)	0	0	0	20,4	20,4
<b>TOTAL</b>	293,5	143,5	288,2	236,9	1.960,1

## CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 *Sector de Atividade da Emissora*. A Emissora tem por objeto a exploração de serviços de telefonia móvel celular e atividades correlatas, necessariamente sob o controle desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas.

4.2 **Natureza do Emisso:** Esta Escritura constitui a 1ª emissão de Debênturas da Emisora.

4.3 **Colocação e Procedimentos de Distribuição:** A colocação das Debênturas será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação no mercado de balcão organizado, observando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 11, de 16 de setembro de 1989, incluindo estruturas antecipadas, livres mínimas ou máximas, sendo mandatos, preferencialistas, em igualdade de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debênturas (denominadas simplesmente denominadas "Coordenadoras") e de eventuais instituições financeiras subcoordenadas.

4.4 **Quantidade de Títulos:** Série emitida 20.000 (vinte mil) Debênturas, para distribuição pública.

4.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debênturas será R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal").

4.6 **Valor do Emisso:** O valor total da emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.7 **Séries:** As Debênturas serão emitidas em série única.

4.8 **Negociação:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debênturas ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

## CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURAS

5.1 **Tipo e Forma:** As Debênturas serão do tipo simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa estrutural, sem ônus de custos ou emissão. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debênturas será comprovada pelo Extrato do Conta de Depósito de Debênturas Estruturadas, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debênturas, constante pela Emisora.

5.2 **Emissão:** As Debênturas serão da espécie subordinada, na forma do disposto no Artigo 38 da Lei nº 4.464/78, perdendo apenas em situações de não ressarcimento, se houver, em caso de liquidação da Emisora.

5.3 **Data de Emissão:** A data de emissão das Debênturas será o dia 1 de Outubro de 2008 ("Data de Emissão").

5.4 **Prazo, Data de Vencimento e Amortização:** O prazo das Debênturas será de 10 (dez) e seis meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de junho de 2009 ("Data de Vencimento") data em que, seguindo o disposto na Cláusula 5.14 acima, deverá ser pago, em uma única parcela, o Valor Nominal das Debênturas, juntamente com a Ressarcimento eventualmente devido nos termos desta Escritura.

5.1 **Reconstrução.** Observado o item 5.1.1 acima, as Debêntures poderão gerar juros equivalentes a 100,0% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros (DI, em dia, denominada Taxa DI, "over entre grupo", expressa na forma percentual ao ano, pelo 252 dias, calculada e divulgada pelo CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, denominada denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e acumulativa por rate sempre por dia (ou fração decorrida), incidendo sobre o Valor Nominal das Debêntures desde a Data de Emissão, ou Data de Vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A reconstrução das Debêntures foi definida em processo de book building, ficando permitidos sempre limitados ao máximo de 10,7% da Taxa DI. A reconstrução definitiva, determinada em processo de book building, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora e está publicada no Primeiro Anexo de Informações Distribuição Pública de Debêntures.

5.1.1 **Periodicidade de pagamento.** Os juros serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, vencendo-se no dia 1 de abril e 1 de outubro de cada ano, decorrido o primeiro pagamento em 1 de abril de 2020 e o último na Data de Vencimento.

5.1.1.1 Se ocorrer data(s) anterior(es) com dia em que não haja expediente comercial no Espírito Santo ou data(s) anterior(es) com dia em que não haja expediente comercial no Espírito Santo ou data(s) anterior(es) com dia em que não haja expediente comercial no Espírito Santo ou data(s) anterior(es) com dia em que não haja expediente comercial no Espírito Santo, os juros devidos serão pagos automaticamente para a primeira data útil subsequente, sem qualquer prejuízo adicional aos valores a serem pagos, conforme disposto no item 5.12 acima.

5.1.2 **Período de Vigência da Reconstrução:** As condições de Reconstrução definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da Emissora.

5.1.3 **Fórmula de cálculo da Reconstrução:**

$$JR = VN \times (1 + i)^n - i \times J - 1$$

onde,

JR = valor dos juros a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = valor nominal da debênture no início do "Período de Capitalização" (valor nominal definido acima);

$i = 1 + \frac{Taxa DI}{360} \times J$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, aplicado de forma exponencial, entre a data de início e a data final do "período de capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula acima;

Os termos  $J_1$ ,  $J_2$ ,  $J_3$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$J_n = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa DI}{360} \right)^{\frac{J_{n-1}}{360}} - 1 \right] \times J - 1$$

onde,

$J$  = fator da Taxa DI referente ao dia "J".

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pela CNTF, referente ao dia T<sub>1</sub>.

S = remuneração publicada no Primeiro Anexo da Nota de Distribuição Debitadora.



**3.3.4 Período de Capitalização.** Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Exatidão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração prevista neste item 3.3., imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização ocorre a partir da data de ocorrência. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Períodos de Capitalização	Datas de Início e Data Final
1ª	Da data de emissão, inclusive até 31/03/2001, exclusive.
2ª	01/04/2001, inclusive a 31/03/2001, exclusive.
3ª	01/04/2001, inclusive a 31/04/2001, exclusive.
4ª	01/04/2001, inclusive a 31/03/2002, exclusive.
5ª	01/04/2002, inclusive a 31/03/2003, exclusive.
6ª	01/04/2003, inclusive a 31/03/2003, inclusive.

**3.3.5 Aplicação da Taxa DI.** Se na data de aplicação do valor de qualquer obrigação não se começa a Taxa DI aplicável à determinação da Remuneração ou um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgado, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debitadores, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

**3.3.5.1.** A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais conforme divulgada pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**3.3.6 Exatidão, responsabilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.** No evento de exatidão, impossibilidade legal de aplicação da Debitadora da Taxa DI, ou da não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias seguintes, será utilizada em sua substituição a prática legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que a substitua, no caso, a exclusão crítica do Agente Faltante, a Taxa DI deixa de ser representativa da medida dos depósitos interfinanceiros, a Agência Faltante deverá convocar Assembleia Geral de Debitadores, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.064/76, a ser realizada no prazo máximo de 70 (setenta) dias contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de Remuneração das Debitadoras a ser proposto pela Emissora. O novo parâmetro de Remuneração, estabelecido entre os Debitadores e a Emissora, será utilizado, também, para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de juros ou do valor principal das Debitadoras. Caso não haja acordo entre os Debitadores e a Emissora, as Debitadoras deverão ser resgatadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da Assembleia Geral de Debitadoras, na sua totalidade, pelo valor não amortizado do Valor Nominal das Debitadoras, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada por taxa simples, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

5.5.7 **Prazo final de cessação da Ransomeração** e ser paga aos debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto no item 5.5.6 acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da Assembleia Geral ali prevista, os Debenturistas pagarão remuneração equivalente à taxa percentual da Ransomeração que os Debenturistas tiveram jus no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à convocação da referida assembleia, calculado pelo rateio temporário até a data de pagamento do valor do resgate.

5.6 **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição.** As Debênturas serão subscritas em até 5 (cinco) meses contados do deferimento do pedido de registro da emissão das Debênturas pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debênturas serão subscritas pelo seu Valor Nominal atualizado pela taxa de Ransomeração, calculada pro rata temporária desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, podendo ser refinanciada com ágio no designo. Não haverá preferência para subscrição das Debênturas pelos atuais acionistas da Emisora.

5.7 **Resgate Antecipado Facultativo.** A Emisora reservante o direito de premiar o resgate antecipado das Debênturas em circulação no 12º ou 24º mês após a Data de Emissão mediante o pagamento de todos os amortizados do Valor Nominal das Debênturas, acrescido da Ransomeração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporária, a partir da data do último pagamento da Ransomeração, devendo a Emisora publicar antes aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sortido nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 2º da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

5.8 **Aquisição Facultativa.** A Emisora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debênturas em circulação, observado o disposto no Artigo 2º da Lei nº 6.404/76. As Debênturas adquiridas pela Emisora poderão ser anotadas, premiadas em tesouraria da Emisora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debênturas adquiridas pela Emisora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando negociadas no mercado, terão jus à mesma Ransomeração das demais Debênturas em circulação.

5.9 **Multa de Mora e Juros Moratórios.** Ocorrendo inopuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos da Ransomeração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória não compensável de 1% (um por cento) sobre o valor total devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10 **Derrogação das Diretrizes aos Acionistas.** Sem prejuízo do disposto no item 5.9 acima, o não compensamento de debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer obrigação pecuniária em data prevista, sem a Emisora não ter dado o direito a qualquer ação/juro no período relativo ao atraso no recebimento, acrescidos, todavia, os débitos adquiridos até a data de respectivo vencimento.

5.11 **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes ao principal e à Ransomeração a que fazem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emisora, por intermédio do SDT, administrado pela ANBIMA, e operacionalizado pela CETIP, ou no Banco Itaú S.A., para os debenturistas que não optarem, inscritos no SDT.

5.12. *Prorrogação dos Prazos.* Considera-se de prorrogação os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até a primeira data útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas Cidades de Recife (PE) ou São Paulo (SP).

5.13. *Publicidade.* Todas as atas e decisões decorrentes desta reunião, que, ~~de qualquer~~ forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculadas, ~~em língua de~~ ~~brasil~~, no jornal "O Dia da Manhã", edição nacional.

5.14. *Resgate Antecipado Obrigatório.* A Emissora se obriga a resgate antecipadamente os Debêntures, nos termos das cláus 5.14.1 e 5.14.2 abaixo, caso o Grupo Telecom deixe de fazer, direta ou indiretamente, no mínimo, 31% (trinta e um por cento) do capital votante da Companhia ou da Emissora.

5.14.1. No caso de ocorrência da hipótese acima prevista, o seguinte procedimento deverá ser observado:

- (a) a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deverá avisar imediatamente ao Agente Fiduciário acerca da ocorrência da hipótese prevista no Item 5.14 acima;
- (b) sendo o Agente Fiduciário comunicado acerca da ocorrência da hipótese prevista no Item 5.14 acima, deverá ele convocar Assembleia Geral de debenturistas para informar-lhes do ocorrido. Os debenturistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da referida Assembleia Geral, para manifestar, por escrito, sua discordância com a ocorrência da hipótese prevista no Item 5.14 acima e sua vontade de que a Emissora promova o resgate antecipado dos Debêntures por eles detidos.

5.14.2. A Emissora obriga-se a resgate os Debêntures dos debenturistas que manifestarem sua discordância nos termos do Item 5.14.1 (b) acima, pelo valor não amortizado do seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data de última pagamento da Remuneração, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

5.15. *Resgate Antecipado.* Devido ao disposto no Item 5.15.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidos todos as obrigações objeto desta reunião e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou da Garantidora do total não amortizado do Valor Nominal dos Debêntures, acrescido da Remuneração a, se for o caso, das juras de mora e de multa moratória, cabíveis respectivamente por dias decorridos, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:

1. não pagamento do principal ou juras devidas em todas as Debêntures nos respectivos dias de vencimento;
2. proposta legítima e rejeitada de títulos emitidos a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de menor valor, tal ou se a proposta ou constituição em mora (que não elevada por erro ou má-fé de terceiro, dando que validamente comprovado pela Emissora, ou se for constatado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência;

- III. decretação de falência da Emisora ou da Garantidora;
- IV. pedido de concordata preventiva formulado pela Emisora ou pela Garantidora;
- V. falta de cumprimento pela Emisora ou pela Garantidora de toda e qualquer Obrigação Adicional prevista nos itens 5.2 e 7.2(a) desta Escritura até o vencimento (1) (primeira) dia, contado do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- VI. falta de cumprimento pela Garantidora de todas Obrigações Adicionais previstas no item 7.2(b) desta Escritura até o vencimento de 5 (cinco) meses, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- VII. não obstante o disposto no item VI acima, caso a qualquer tempo, durante o referido período de 5 (cinco) meses, o crédito em relação à Dívida Líquida Consolidada e o balanço das últimas 4 (quatro) trimestres da ERETA, apresentem deterioração em comparação ao índice verificado quando da constatação da falta de cumprimento pela Garantidora de suas Obrigações Adicionais previstas no item 7.2(b) B acima;
- VIII. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emisora, em montante igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual;
- IX. o contrato de concessão ou o ato de outorga que o substitui seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou tenha sua eficácia e validade, mesmo quando substituído por outro ato de outorga nos termos da legislação em vigor; e
- X. demais casos previstos em lei.

5.15.1. Da valores referidos nos subitens II a VI acima serão corrigidos em bases anuais, a contar da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção deste índice e/ou de sua não divulgação, deverá ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) daquela mesma Fundação, e, na hipótese de extinção e/ou falta de divulgação deste índice, deverá ser adotado índice que reflita a real desvalorização da moeda nacional.

5.15.2. No caso de ocorrência das hipóteses previstas nos subitens V, VI e VII acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para informar-lhes do ocorrido e os Debenturistas serão considerados antecipadamente vencidos tanto os debenturistas representados no meeting a maioria absoluta dos Debenturistas em circulação (computados conforme previsto no Cláusula IX da presente Escritura) debenturistas desta sessão.

5.15.3. Na ocorrência de vencimento antecipado, a Emisora obrigase a efetuar o pagamento do valor não amortizado do Valor Nominal dos Debenturistas, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis até a data de efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emisora antes de sua protocolada no cartório competente do item 5.16 acima, sob pena de, em caso de falência, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento das multas previstas no item 5.9 acima.

5.16. **Notificações.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser assinadas por um representante legal e devidamente



**I. Para a Emissora:**

**Telcel Celular S.A.**

Av. Conde de Boa Vista, 800, 9º andar, Recife - PE

At.: Sra. Fabíola Maria Cruz de Almeida

Gerente de Relações com os Investidores

Telefone: 33-81-216-2998

Fax-símile: 33-81-423-6402

**II. Para a Controladora:**

**Telo Nordeste Celular Participações S.A.**

Av. Conde de Boa Vista, 800, 3º andar, Recife - PE

At.: Sra. Fabíola Maria Cruz de Almeida

Gerente de Relações com os Investidores

Telefone: 33-81-216-2998

Fax-símile: 33-81-423-6402

**III. Para o Agente Fiduciário:**

**Agente Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua do Tesouro, 47, 1º andar, São Paulo - SP

At.: Sr. Paulo Roberto Passos

Telefone: 33-11-3103-3481

Fax-símile: 33-11-3103-4068

5.14.2 As comunicações serão consideradas análogas quando recebidas sob protocolo ou sob "vício de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 7 (sete) dias úteis após o envio da mensagem.

## **CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

**6.1 A Emissora está obrigada a:**

**i. fornecer ao Agente Fiduciário:**

- (a) dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre civil, cópia das demonstrações financeiras relativas ao trimestre civil findo, devidamente auditadas;
- (b) trimestralmente, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, incluindo no que se refere à manutenção dos Livros e Índices estabelecidos no item 7.2 (a) abaixo, a ser entregue juntamente com as demonstrações financeiras a que se refere a alínea (a) acima;

- (c) as informações previstas na Instrução CVM nº 182, de 8 de Dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
- (d) imediatamente, qualquer informação que necessariamente lhe tenha a ser enviada; e
- (e) todas as demais demonstrações e informações que a Emitora e a Garantidora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário;

- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
  - III. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no Artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
  - IV. conservar e manter em adequado funcionamento um órgão de monitoramento das demonstrações, tendo em vista sempre a eficiência resultante nos estudos das Demonstrações, as seguintes instruções financeiras autorizadas para que procurem esse serviço;
  - V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário que tenham a ser reembolsadas para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 7.2 abaixo;
  - VI. registrar, no prazo de até 5 (cinco) dias, ao Agente Fiduciário, qualquer descumprimento relevante, de natureza pessoal ou não, pela Emitora ou pela Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura e/ou de quaisquer contratos significativos de que a Emitora ou a Garantidora seja parte;
  - VII. comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de rating concedida à presente emitido, à Emitora ou à Garantidora;
  - VIII. registrar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento pela Garantidora dos limites e índices financeiros a que se refere o item 7.5(b) abaixo; e
  - IX. comparecer, mediante convite recebido do Agente Fiduciário, a sua própria Assembleia, incluindo as disposições de voto e apuração financeiras, 15 (quinze) dias antes de ocorrência de quaisquer obrigações financeiras assumidas nesta Escritura, conforme disposto no item 7.4 (a) abaixo.
- 6.2 A Emitora está adicionalmente obrigada a não pagar dividendos, exceto se obrigados por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referidas na Debentura.

## CLÁUSULA VII - DAS GARANTIAS ADICIONAIS

7.1. Fica a Debentura da presente emitido sob garantias por Fiança da Garantidora, na forma estabelecida nesta Cláusula.

A fiança garante as obrigações assumidas pela Emissora oriundas da presente Emenda sendo irrevogável e irrenunciável para todos os efeitos legais, reconhecendo a Companhia desde já, aos beneficiários previstos nos Artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.501, 1.502, 1.504 do Código Civil Brasileiro, Artigos 264 e 262 do Código Comercial Brasileiro, Artigo 393 do Código de Processo Civil.

A prestação da fiança foi devidamente autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia conforme sua resolução, devidamente formalizada e registrada junto ao Registro do Comércio, em vigor, por certidão ou cópia autenticada, ao Agente Fidejussório.

7.2. Obrigação Adicional. (a) Sem prejuízo da fiança prestada nos termos do item 7.1 acima, a Companhia se obriga, nos termos do Artigo 878 e seguintes do Código Civil Brasileiro e dos Artigos 461 e 812 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, a dar suporte contínuo à Emissora, obrigando-se a suprir a Emissora de recursos necessários para cumprir todas as obrigações relativas à presente emissão, incluindo, mas não limitada, ao pagamento de remuneração, juros, amortizações do principal, nos termos desta Emenda.

A Emissora, 15 (quinze) dias antes do vencimento de quaisquer obrigações financeiras assumidas nesta Emenda, deverá comprometer mediante carta baseada ao Agente Fidejussório, a sua posição financeira, incluindo a disponibilidade de caixa e aplicações financeiras.

Nos termos do parágrafo acima, o Agente Fidejussório, se verifica a incapacidade financeira da Emissora, para cumprimento das suas obrigações, deverá requerer à Companhia que disponibilize recursos no momento necessário para o cumprimento das referidas obrigações relativas à Emenda, disponibilizando uma boa poderá se dar, inclusive, por meio de aumento de capital da Emissora ou de ativos de terceiros com prazo de vencimento para pagamento de juros e principal superiores ao prazo de vencimento das Debituras.

Os recursos transferidos para a Emissora conforme acima estabelecido deverão estar disponíveis em conta corrente ou em aplicações financeiras de vencimento diário da Emissora, em no máximo 2 (dois) dias úteis antes do vencimento da obrigação da Emissora perante os debenturistas. A disponibilização de recursos nos termos desta Cláusula com relação a determinadas obrigações não prejudicará a obrigação de fazer com relação as obrigações vincendas.

A obrigação prevista neste item, bem como sua execução, em nada afetará ou interferirá nas fianças prestadas nos termos do item 7.1 acima.

(b) A Companhia obriga-se a manter os seguintes limites e totais financeiros trimestrais a partir da Data de Emissão das Debituras:

1 - na data de último balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA dos últimos quatro trimestres da Companhia (os "Períodos de Apuração"), conforme divulgado em seus relatórios consolidados de Informações Trimestrais ("ITRs") submetidos à CVM, e o somatório das Despesas Financeiras Líquidas no mesmo período não poderá ser inferior a:

A) 2,0 no primeiro Período de Apuração encerrada em 31 dezembro de 2003; e

**8) 2,5 nos Períodos de Apresentação subsequentes;**

II - na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o patrimônio do EREITA dos últimos quatro trimestres da Garantia, conforme disposto em seus ITIs não poderá ser superior a 2,5.

Para fins deste item 7.2 (b):

“ERETDA” significa o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado antes de deduções de impostos, impostos, contribuições e participações, (ii) da depreciação e amortização acumuladas ocorridas no mesmo período, e (iii) das Despesas Financeiras Líquidas e descontado o (iv) resultado não operacional;

“Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório das Dívidas Financeiras Consolidadas da Garantia junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo fornecedores, instituições financeiras ou dívidas em função da emissão de valores mobiliários de renda fixa nos mercados de capital brasileiro e internacional, deduzidas as Disponibilidades Financeiras Consolidadas;

“Dívida Financeira Consolidada” significa o somatório das Dívidas Financeiras Consolidadas da Garantia junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo fornecedores, instituições financeiras ou dívidas em função da emissão de valores mobiliários de renda fixa nos mercados de capital brasileiro e internacional;

“Disponibilidades Financeiras Consolidadas” significa o saldo acumulado das aplicações de liquidez imediata e/ou em função de investimento de renda fixa de curto prazo que sejam caracterizadas como conservadoras;

“Despesas Financeiras” significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não impactam o valor, comissões, descontos e outras taxas para emissões de títulos ou custos de crédito, despesas com Argo, despesas com armazenamento sucessivo, despesas com garantias e outras obrigações da Garantia e o ou de suas subsidiárias; e

“Despesas Financeiras Líquidas” significa as Despesas Financeiras deduzidas das receitas financeiras consolidadas.

A Garantia deve ser comunicada imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento dos limites e índices financeiros a que se refere este item 7.2(b).

## **CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário de confiança objeto da presente Garantia, Agente Fiduciário de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no

proibido desta Escritura, que tenha as qualidade de Agente Fidejussório e Interventor, que, neste ato, e na melhor forma de direito, sobre a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunidade dos devedores perante a Comissão devedora:

- I. sob as penas de Lei, sob as qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo do Artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. servir a função que lhe é conferida, atuando integralmente na devida atribuição prevista na legislação específica e nesta Escritura;
- III. servir integralmente a presente Escritura, sob as suas cláusulas e condições;
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 22 de novembro de 1993; e
- V. estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1993, do Banco Central do Brasil.

8.1.1 O Agente Fidejussório exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou o encerramento das Debitações.

8.1.2 Será devido ao Agente Fidejussório a título de honorários pelo desempenho das funções e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga em parcelas iguais de R\$8.000,00 (oito mil reais), calculada pro rata temporis, se for o caso, desde a primeira na data da assinatura da Escritura.

8.1.3 A remuneração prevista no item anterior será devido mesmo após o encerramento das Debitações, caso o Agente Fidejussório ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Comissão ou pela Gerenciadora.

8.1.4 As parcelas referidas acima serão atualizadas, na menor periodicidade permitida em lei, pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data desta Escritura.

8.1.5 A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e outras necessárias ao exercício da função de Agente Fidejussório, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Comissão, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou recebidas, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outras, ou assessoria legal e contábil.

8.1.6 No caso de inadimplência da Comissão, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fidejussório, ou seus prepostos, venham a intervir para regularizar as inadimplências dos devedores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos devedores, e posteriormente, cobradas previsto em Lei, autorizadas pela Comissão. Tais despesas a serem adiantadas pelos devedores incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, despesas, custos e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fidejussório ou decorrentes de ações contra ele

intimadas no exercício de suas funções ou intimadas contra suas propostas quando na defesa dos debenturistas, ou ainda que lhe sejam prestados os riscos financeiros, enquanto representarem da concretização dos debenturistas. As eventualidades de morte, doenças e outras realidades desconhecidas da administração em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de falência permanecer em inalterabilidade com relação ao pagamento devido por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário e seus prepostos solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sobrevivência.

8.2.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 1 % e juros de mora de 1 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

8.2.6 As remunerações serão acumuladas dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, incluindo-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

8.2.7 Na hipótese de presente Escritura, vir a ser adotada com inclusão de novas obrigações ao Agente Fiduciário ou modificação da espécie, a remuneração será revista de comum acordo com a Emissora e com os debenturistas.

8.2.8 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário, no ato da data de cada vencimento (data de compensação).

8.2.9 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que visarem a ser necessárias para proteção ou defesa ou interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido cobrado na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emissora e gozará dos mesmos privilégios das debenturas, priorizado a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, notas e informações confidenciais perante a Emissora, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentações aplicáveis;
- II. atuação de cartótes;
- III. despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para recuperação ou interesses dos debenturistas; e
- V. quaisquer levantamentos adicionais e especiais ou pesquisas que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem situações com circunstâncias nas informações pertinentes aos créditos incorridos dos debenturistas.

8.3. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, ausência, inter-diário, legítimação judicial ou extrajudicial, ausência ou qualquer outra caso de ausência, será realizada, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário e ser substituído, pela Comissão, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos Debenturistas em votação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Comissão efetuarla, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. em caso de ausência, mediante convocação pela Comissão e aprovação dos debenturistas, e submissão à prestação juramentada;
  - II. a finalidade aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a substituição dos Debenturistas no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
  - III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM e à sua homologação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 1º da Instrução CVM nº 2485 e demais normas posteriores;
  - IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instrução substitua seja acolhida pela Comissão e aprovada pelos debenturistas e assumida efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
  - V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituído deverá, imediatamente após a convocação, comunicar a aos debenturistas, na forma de inciso XV do item 8.4 abaixo; e
  - VI. serão efetuadas as prestações observando-se a proporcionalidade ao período de efetiva prestação dos serviços.
- 8.4. Além de outras previstas em lei ou em ato normativo da CVM, competirem deverão a atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuras incidentes sobre sua administração;
- III. verificar sistematicamente o cumprimento, pela Emissora e pela Garantidora, de suas obrigações assumidas na presente Emissão;
- IV. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, a cautela e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- V. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedido;

- VI. conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VII. verificar, no momento de emitir a folha, a veracidade das informações constantes nesta Escritura, diligenciando ao sentido de que sejam atizadas as fontes, fatos ou dados de que tenha conhecimento;
- VIII. promover nas competências legais, caso a Emisora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, visando as lacunas e irregularidades porventura pelas ocorridas. Nesse caso, o oficial do registro notificará a administração da Emisora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, atestando os deferimentos acerca de eventual omissão ou inverdades constantes de tais informações;
- X. verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição de garantia real e fiduciária, bem como dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua eficiência e integridade;
- XI. emitir parecer sobre a veracidade das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XII. solicitar, quando julgar necessário, para o fim descrito no inciso I desta Lei, dados estatísticos dos distribuidores civis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de registro, Junta de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emisora e dos Garantidores;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, avaliação circunstanciada na Emisora e nos Garantidores;
- XIV. encerrar, quando necessário, a assembleia geral de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos dias de imprensa onde a Emisora deve circular suas publicações;
- XV. comparar a assiduidade dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar relatório relativo ao primeiro, segundo e terceiro trimestres civis, destinado aos debenturistas, e igual de tal mesmo, anualmente, as seguintes informações:
- (a) demonstrações sobre as demonstrações financeiras da Emisora e do Garantidores analisando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emisora;
  - (b) receitas e pagamentos da Renovação das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emisora;
  - (c) acompanhamento da destinação dos recursos captados através do contrato de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emisora;



(d) cumprimento das outras obrigações prescritas pela Enactura e pela Garandura nesta Escritura, especialmente aquelas previstas nos itens 6.2 e 7.2 acima;

(e) declaração sobre sua aptidão para receber decorando a função de agente-fiduciário;

XVI. colar e entregar de que trata o inciso XVI acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do respectivo trimestre da Enactura, no mesmo nos seguintes locais:

(a) na sede da Enactura;

(b) na sua instituição ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e

(c) na instituição que efetuar a colocação das Debêntures;

XVII. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do inciso (c) do parágrafo 1º do Artigo 68 da Lei nº 4.404/76, o qual deverá estar à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data do encerramento do respectivo exercício social, nos locais referidos no item XVII acima;

XIV. publicar no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, anúncio comunicando aos debenturistas que os relatórios a que se refere o inciso XVII acima encontram-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;

IX. comunicar o teor da Debentura a todos os signatários;

XI. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, envio para a Enactura e à ANDIMA;

XIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente aquelas impostivas das obrigações de fazer e de não fazer, inclusive, mas sem limitação, os itens 5.14, 6 e 7 acima e os itens 10.2 e 10.3 abaixo; e

XIII. notificar os debenturistas, no possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Enactura ou pela Garandura, de obrigações prescritas nesta Escritura, indicando o local em que deverão ser apresentados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para assegurar e proteger os interesses da coleção dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(a) à CVM;

(b) à Bolsa de Valores, quando for o caso;

(c) à CETIP, quando for o caso; e

(d) à Enactura.

8.5 No caso de inadimplemento da Escritura ou da Carteira, deverá o Agente Fideiussor, sob pena de multa e, qualquer ação, pena, prorrogação ou dilação (art. 1.013, III, do Código de Processo Civil), ser responsabilizado, devendo para isso:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura, a insolvabilidade pessoal ou – Debitores e cobrar-se-á principal e acessórios;
- II. responder a falência da Escritura ou da Carteira;
- III. tomar quaisquer providências necessárias para que os Debitores realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debitores em processo de falência ou concordata da Escritura ou da Carteira, salvo deliberação em contrário da assembleia geral de Debitores.

8.5.1 O Agente Fideiussor poderá marcar a realização prevista no item I acima, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista na presente Escritura.

8.5.2 O Agente Fideiussor somente se exonerará da responsabilidade pelo não adimplemento das obrigações previstas nos itens I a III do item 8.5 acima se, convocada a assembleia geral de Debitores, esta aceitar o aumento por diferenciação da unanimidade dos Debitores em circulação. Na hipótese do inciso IV do item 8.5 acima, será suficiente a deliberação de maioria dos Debitores em circulação.

8.6 O Agente Fideiussor responderá perante os Debitores pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

## **CLÁUSULA IX – DA ASSEMBLÉIA DOS DEBITORES**

9.1 Os titulares das Debituras desta em vão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberar sobre a matéria de interesse da comunidade dos Debitores.

9.2 A assembleia geral de Debitores poderá ser convocada pelo Agente Fideiussor, pela Escritura, pelos Debitores que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debituras em circulação e pela CVM.

9.3 Aplica-se à assembleia geral de Debitores, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembleia Geral de Ações.

9.4 A assembleia geral de Debitores se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debitores que representem metade, no mínimo, das Debituras em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5 A presidência da assembleia caberá ao Debitore eleito pelos titulares das Debituras ou aquele que for designado pela CVM.

9.6 Resolvidas as disposições expressas previstas nesta Escritura ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debituras, que dependerão da aprovação dos Debitores que representem, no mínimo, 4/3 (quatro terços) das Debituras em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debitores

dependente da aprovação da maioria absoluta do voto dos debenturistas presentes na Assembleia, incluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quórum, os votos em branco e as Cartulinas pertencentes à Emissora, à Garantidora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, administradores ou sócios.

9.7 Será facultada a prestação das representações legais da Emissora e da ~~Garantidora~~ nas assembleias gerais de debenturistas.

9.8 O Agente Fidejussório deverá comparecer à assembleia geral de debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



## CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1 O Agente Fidejussório declara e garante à Emissora que:

I. esta devidearamos autoridade a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, sendo não satisfazer todos os requisitos legais e estatutários necessários para isso;

II. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fidejussório, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2 A Emissora nesta ato declara e garante que:

I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura são pessoas habilitadas para tanto;

III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

IV. os termos desta Escritura não constituem (a) qualquer contrato ou documento ao qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou qualquer de suas bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamentação à que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou vertice administrativo ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de seus bens e propriedades;

V. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições;

VI. está adimplente com o cumprimento dos contratos a que se refere o inciso VI do item 6.1 acima;

VII. os Prospectos Preliminares e Finais relativos à emissão das Debênturas (coletivamente, o "Prospecto") contida: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas, coligadas ou controlas em conexão da presente emissão de Debênturas e sociedades para que as investidores e seus conselheiros tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debênturas, não estando declaradas falsas ou contidas de forma relevante, as circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou imprecisas; (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou imprecisas; (iii) as opiniões, análises e (b) (Cover) previsões expostas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expostas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não há outros fatos materiais e Emissora, suas controladas e coligadas ou as Debênturas cuja omissão, de acordo com o entendimento, seja com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou imprecisa; e (v) todos os fatos aqui expostos foram pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiras;

VIII. as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999, 30 de setembro de 1999 e 30 de setembro de 2000, representam consistentemente a posição financeira da Emissora e de suas controladas e coligadas nessas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

XIX. tanto a Emissora quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, municipais ou estaduais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

X. mesmo pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

10.2.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irrevocável a indenizar os detentores das Debênturas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custos jurídicos e honorários advocatícios) incorridos pelos detentores das Debênturas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inobservância ou incorreção de qualquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula;

10.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 10.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos detentores das Debênturas e ao Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas venham-se a tornar falsas, incorretas ou incorretas;

10.3 A Garantidora neste ato declara e garante que:

I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, incorporada e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

- II. as provas que a responsabilidade na assinatura desta Escritura não podem basear-se para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento ao qual a Garantidora (ou suas controladas, suas controladas ou suas filigadas, diretas ou indiretas) seja parte ou qualquer de suas leis e propriedades-empresas; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Garantidora (ou, suas controladas, suas controladas ou suas filigadas, diretas ou indiretas) seja sujeita; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Garantidora (ou suas controladas, suas controladas ou suas filigadas, diretas ou indiretas) ou qualquer de suas leis e propriedades;
- V. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz para a Garantidora, compatível de acordo com as suas leis e condições;
- VI. os Prospectos Preliminares e Finais relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o "Prospecto") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à Garantidora e suas controladas, coligadas ao conteúdo da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus conselheiros tenham condições de fazer uma análise correta dos riscos, passivos, das responsabilidades da Garantidora, de sua condição financeira, bases, perdas e perspectivas e demais em relação às Debêntures, não incluindo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são seguras, incertas ou equivocadas; (ii) as declarações feitas no Prospecto em relação à Garantidora e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são seguras, incertas ou equivocadas; (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à Garantidora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não há nenhum fato em relação à Garantidora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no âmbito desse contrato, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou imprecisa; e (v) todos os esforços foram feitos pela Garantidora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;
- VII. as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 1999, 31 de dezembro de 1998, 30 de setembro de 1999 e 30 de setembro de 1998, representam corretamente a posição financeira da Garantidora e de suas controladas e coligadas nestas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. tendo a Garantidora quanto suas controladas e coligadas todas cumprido as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, municipais ou tributariais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- IX. exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação

prestadores que possa vir a causar impacto adverso relevante na Companhia ou nas suas atividades e atividades, ou nas atividades comerciais ou outras, ou em suas atividades.

10.3.1 A Companhia obriga-se de forma integral e irrevogável a indenizar os detentores, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custos jurídicos e honorários advocatícios) incorridos pelos detentores, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inexecução ou inobservância de qualquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

10.3.2 Sem prejuízo do disposto no item 10.3.1 acima, a Companhia compromete-se a fornecer imediatamente aos detentores e ao Agente Fiduciário, caso qualquer das declarações aqui prestadas venha a ser verificada, incorreta ou lacunosa.

## CLÁUSULA XI - DAS DESPESAS

Correrá por conta da Easircom todos os custos com o registro e publicação dos atos societários e colocação das Debênturas da presente emissão, tais como a Escritura e os atos da Assembleia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração.

## CLÁUSULA XII - OUTRAS DISPOSIÇÕES

12.1. A validade de alguma das cláusulas contidas na presente Escritura não invalidará as demais cláusulas.

12.2. Qualquer falta ou atraso de qualquer das partes em cumprir dentro prazos na presente Escritura não representará a renúncia do mesmo, nem o simples ou parcial exercício de qualquer direito aqui previsto impedirá o exercício completo deste direito ou de qualquer outro direito.

12.3. A renúncia de determinado direito previsto na presente Escritura não deverá ser interpretada como renúncia de qualquer outro direito aqui previsto.

## CLÁUSULA XIII - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões penitenciais resultantes desta Escritura.

Elendo todos certos e acertados, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

